

Atos de interdição e atos de reafirmação da humanidade no colonialismo do século XXI: reflexões sobre a ocupação, genocídio e resistência do povo palestino

Acts of interdiction and acts of reaffirmation of humanity in the 21st century colonialism: reflections on the occupation, genocide and resistance of the Palestinian people

Artur Mamed

Universidade de Brasília (Brasil)

Muna Muhammad Odeh

Universidade de Brasília (Brasil)

Thessa Guimarães

Universidade de Brasília (Brasil)

Resumo. Atualizando a violência do domínio colonial para o contexto do século XXI, o colonialismo israelense nega o reconhecimento da humanidade do povo sob ocupação como estratégia ideológica necessária ao seu projeto de extermínio. Este ensaio evoca a noção de “corpos periféricos” para descrever uma categoria de inteligibilidade política que o necropoder impõe não apenas sobre os corpos palestinos, mas sobre incontáveis corporalidades continuamente relegadas ao lugar da desumanização que antecipa o seu extermínio. Se os corpos periféricos são o lócus de implementação do necropoder, também são fonte de dissidência e contestação, insurgência e luta. Assim, a partir de exemplos de resistência anticolonial do povo palestino e do Sumud, são abordadas respostas dos sujeitos periféricos à violência do domínio colonial contemporâneo e ao necrocapitalismo colonial. Dialeticamente ao necropoder, formas de agência, resistência e reafirmação de suas vidas e humanidade são engendradas.

Palavras-chave: corpos periféricos, desumanização, resistência anticolonial, necrocapitalismo colonial, Sumud.

Abstract. Updating the violence of colonial rule for the context of the 21st century, the Israeli colonialism denies the recognition of the humanity of the people under occupation as a necessary ideological strategy for its project of extermination. This essay evokes the notion of

“peripheral bodies” to describe a category of political intelligibility that necropower imposes not only on Palestinian bodies, but on countless corporealities continually relegated to the space of dehumanization which precedes their extermination. If peripheral bodies are the locus of implementation of necropower, they are equally a source of dissent and contestation, insurgency and struggle against colonial necrocapitalism. Thus, based on examples of resistance by the Palestinian people, responses given by peripheral subjects to the violence of contemporary colonial rule and necrocapitalism are addressed. Dialectically to necropower, forms of agency, resistance and reaffirmation of their life and humanity are engendered.

Keywords: anti-colonial resistance, colonial necrocapitalism, dehumanization, peripheral bodies, Sumud.

O colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado de natureza. E só se curvará diante de uma violência maior
(Frantz Fanon, 1961, p. 58)

Introdução

A exemplo de outras experiências coloniais do último século, a partir do início da segunda metade do século XX, o projeto colonial israelense de ocupação fez uso de mecanismos de opressão diversificados contra o povo palestino. Desde sua fundação, o *apartheid* sionista lançou mão de estratégias de manejo dos corpos palestinos comparáveis àquelas então operadas pela França na Argélia, pela Inglaterra na Índia e pela Alemanha na Namíbia (Massad, 2024). O teor da violência israelense na política de controle dos corpos, na despossessão e no saque de gerações de palestinos, na tentativa de transformação de Gaza naquilo que Noam Chomsky definiu como “o maior campo de concentração a céu aberto do mundo” (Chomsky 2012, s/p.), para ficar em alguns exemplos, é análogo ao de outros projetos imperialistas implementados no mundo no referido período.

Sob o regime colonial de assentamento imposto pelo sionismo, atos de violência extrema e sistemática têm se perpetuado ao longo de décadas, com o objetivo de controlar, enfraquecer e aniquilar os fundamentos que sustentam a existência material e espiritual do povo sob ocupação (Adi et al., 2021; 2022). O encarceramento de adultos, adolescentes e crianças, o estupro, a mutilação, a tortura, o assassinato, a interdição das expressões de luto público, a fome e a incapacitação têm sido empregados como instrumentos de disciplina, punição e castigo coletivo. Seja para dar o exemplo ao povo colonizado, seja para fazê-lo desistir da luta e debilitar seu espírito, a violência foi reiteradamente mobilizada como recurso estratégico para afirmar um pretenso poder absoluto do colonizador sobre os colonizados — um poder que reivindica controle sobre seus corpos, sua vida e sua morte.

Até o início do século XXI, o colonialismo israelense empregou formas variadas de opressão contra a resistência palestina: estabeleceu regimes diferenciados de partilha de direitos no território, implantou um rigoroso estado de *apartheid*, mediado pela tecnologia de monitoramento mais avançada. Essa combinação entre formas disciplinares e necropolíticas de dominação encontra, em Gaza, uma expressão extrema e tecnicamente elaborada. Não por acaso, o enclave é convertido, desde a segunda metade do século XX, em um grande campo de testes e salão de exposições para o complexo industrial militar do norte geopolítico. Um laboratório para o desenvolvimento dos mais opressivos sistemas de vigilância e controle (Loewenstein, 2023; Martins, 2005).

No referido período, o colonialismo israelense seguiu combinando *métodos disciplinares e necropolíticos* até se estabelecer como o exemplo mais representativo da *necropolítica* na era do *colonialismo tardio* (Mbembe, 2003). O colonialismo de assentamento de Israel é descrito por Noam Chomsky (2016) como “*a fase final do colonialismo europeu*”; termo que Chomsky utiliza para descrever uma forma de imperialismo particularmente presente nos países que compartilham o registro colonial de dominação imperial inglesa: Estados Unidos, Austrália e Canadá adotam como diretriz de seu projeto colonial uma mesma estratégia de ocupação, qual seja, a de exterminar massivamente as populações nativas locais, implantando e fazendo prosperar sociedades coloniais em seu lugar.

Outro elemento manifesto em grande parte destas sociedades, aponta Chomsky, é a partilha de certo “ideário” de verve religiosa e supremacista, segundo o qual o extermínio é abordado como uma infeliz, mas necessária etapa para se consolidar a hegemonia dos colonizadores. Um ideário que opera para autorizar moralmente a eliminação da população nativa. Sua base pode ser sionista ou cristã, mas sempre prega o extermínio como resultado natural da superioridade dos colonizadores sobre os colonizados (Chomsky, 2016).

Nadim N. Rouhana (2023) analisa o colonialismo como um processo dinâmico, no qual o colonizado se reafirma continuamente frente ao projeto de morte e ocupação. Essa dimensão processual do colonialismo evidencia-se na persistência e profundidade da resistência palestina, frequentemente subestimada pelo olhar desumanizante do colonizador. Um efeito desse viés desumanizante é a construção de uma representação dos nativos como sujeitos sem consciência coletiva, desconectados da terra, indignos ou atrasados — uma imagem que obscurece a percepção da força de sua agência política. Por sua vez, a recusa total e ininterrupta dos palestinos em aceitar a colonização e suas políticas de desapropriação mobiliza um ciclo de retroalimentação: a resistência é respondida com o recrudescimento da violência, pois, na lógica do projeto sionista, os atos de reafirmação do povo despossuído devem ser esmagados. Esse embate dialético entre resistência e repressão alimenta e perpetua o próprio processo colonial.

Em resposta aos atos do Hamas e das forças de resistência palestina, desde outubro de 2023 o mundo vem testemunhando uma espantosa mutação no já violento padrão de execução dos métodos de domínio e controle israelense sobre a população palestina. Desde então, a comunidade internacional vem observando, em cumplicidade criminoso, uma ostensiva radicalização das práticas *necropolíticas* (Mbembe, 2003) de *gestão dos corpos* com objetivo de conduzir o povo ocupado ao extermínio.

Tal mutação soa ao mundo como o prenúncio de uma era sombria, marcada pela falência das convenções, princípios e consensos éticos do direito internacional desde o pós-guerra. O colonialismo sionista, ao escancarar seu projeto de *limpeza étnica* (Pappè, 2006) e expansionismo territorial, desmoraliza as instituições que sustentam o ordenamento jurídico internacional. Com efeito, atual estágio dos ataques representa um precedente de impunidade aberto em contexto global. Angela Davis o descreve como "um teste moral decisivo para o mundo" (2023, s/p.).

Segundo Atallah (2023a), um conglomerado de potências globais continua a financiar e anuir com o genocídio, revelando que “a humanidade se contenta em existir em um mundo sem palestinos”:

Ser palestino é derramar nosso amor e nossas vidas em nosso movimento de libertação palestino neste momento – neste Tempo de Monstros – é *viver e morrer em rebelião* contra esse colonialismo ressuscitado e a solidariedade maliciosa entre os estados colonos brancos. Dos EUA a Israel e além, a cumplicidade torna esse genocídio não apenas possível, mas também cria a realidade impossível no chão de Gaza (Atallah, 2023a, s/p.)

Por mais de um ano o mundo foi exposto, diariamente, ao horror e à extrema violência daquilo que foi definido frente à Corte Internacional de Justiça, pela advogada irlandesa Blinne Ni Ghraláigh, como “o maior genocídio televisionado da história”, o “primeiro genocídio transmitido ao vivo por suas próprias vítimas” (Miguel, 2024, s/p.). Um massacre de intensidade inaudita.

Desde então, chegam ininterruptamente pelas telas do mundo cenas de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras soterradas sob as pedras dos seus lares. Hospitais arruinados. Ambulâncias destruídas. Escolas, faculdades e bibliotecas bombardeadas. Pais procurando e coletando restos mortais dos filhos, juntando fragmentos em sacolas plásticas; filhos desesperados clamando pelos pais em meio aos escombros; crianças decapitadas; ou mutiladas, em choque, cobertas por fuligem, sangue, calcinadas por fósforo branco, órfãs e sozinhas. Multidões vagando famélicas, lutando por um pouco de farinha sob a mira de drones e franco-atiradores que matam a esmo. Corpos de centenas de homens, mulheres e crianças com sinais evidentes de execução jogados no anonimato das valas comuns; reduzidos a pedaços, trucidados, irreconhecíveis. Segundo o Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António

Guterres, em novembro de 2023, “Gaza se transformou em um cemitério de crianças” (Guterres, 2023, s/p.). É a materialização vertiginosa de um projeto de limpeza étnica, um dos crimes mais bárbaros contra a humanidade desde a Segunda Grande Guerra.

Desde o início dos ataques contra Gaza após 7 de outubro de 2023, o colonialismo israelense investiu na destruição de sua infraestrutura urbana, a exemplo da defesa civil, inclusive seus veículos, ruas e estradas. Israel rapidamente decretou embargo à entrada de combustível em Gaza, insumo indispensável para operar máquinas de resgate, socorro das pessoas e seu transporte para cuidados emergenciais. Ao longo de quinze meses, testemunhamos populares comuns se unindo a profissionais de resgate, e com as próprias mãos, ou instrumentos rudimentares, desenterraram pessoas vivas ou mortas, inteiras ou em pedaços. Em muitas cenas vemos tais populares socorrendo animais de estimação e de transporte, como cavalos e burros. Animais que Israel foi capaz de monitorar, localizar e matar, em função de seu valor de uso para a sobrevivência da população de Gaza crescentemente dependente dos animais por causa do embargo de Israel à entrada de combustível.

Diante do horror reiterado e da escassez absoluta de recursos, a população de Gaza produz, cotidianamente, gestos de dignidade que escapam à lógica necropolítica do colonizador. Um exemplo particularmente eloquente está no modo como se cuida dos seus feridos e mortos. Resgatadas, as pessoas são levadas por voluntários para hospitais, que muitas vezes arriscam sua própria vida sob bombardeio e *snipers* incessantes. Quando mortos, os palestinos são embrulhados com cobertores e levados para espaços de preparo para enterro segundo os rituais tradicionais de preservação da dignidade; mesmo os corpos despedaçados em partes irreconhecíveis são recolhidos e levados para os centros de defesa civil. O zelo com a integridade humana demonstrado pela população de Gaza ao longo de mais de 460 dias – considerando a data de escrita do presente artigo – causa incômodo e perturbação para o colonialismo sionista, cujo sadismo caça sinais de resignação e de humilhação, mas não encontra. Mesmo a população desabrigada e faminta mantém sua força e sua fé, na luta por atos simples, consistentes, e de uma potência de vida plena, muito além do que o colonizador possa conceber.

Não fosse essa força resoluta, essa convicção profunda na ação coletiva face à crueldade do colonizador, não teríamos assistido ao vivo a atos heroicos em meio ao genocídio. Resistir às forças infinitamente superiores do ponto de vista da tecnologia de guerra é uma ética palestina ancorada em um conhecimento profundo, intergeracional e secular da desumanidade do oponente colonizador. A tática é enfrentar a tirania através da afirmação de seu pertencimento e de sua própria humanidade por meio de ações pequenas ou grandes de auto sacrifício para uma finalidade coletiva. Cada palestino e cada palestina faz seu próprio

enfrentamento ao extermínio e contribui à sua maneira para a derrubada do projeto colonial. Nas palavras de Atallah (2023b),

Mesmo que todas as armas do mundo estejam voltadas contra nós, mesmo quando parece que estamos apenas gritando no vazio, não podemos nos dar ao luxo de desistir. Nosso trabalho atravessa o amor intergeracional da dor infinita e o crescimento de Gaza na vastidão de nossos corações; garante que nosso povo seja para sempre protegido e nutrido no ventre da terra – escavando túneis abaixo, fora do alcance e longe do olhar do culto colonial transnacional da morte (Atallah, 2023b, s/p.).

Cabe lembrar que, quando contextualizamos os últimos meses de massacre no longo histórico de violações, desocupações, espoliações, prisões arbitrárias e execuções perpetradas pelo colonialismo sionista ao povo sob ocupação, não estamos, propriamente, diante de um momento de ruptura e excepcionalidade histórica, mas da agudização de um estado continuado de ações que vem definindo o perfil político do *apartheid* israelense há décadas (Massad, 2024). Não se trata de um conflito entre dois estados-nações, mas da operação de um projeto imperialista que assume explicitamente, diante da comunidade internacional, levar adiante o extermínio programático de um povo originário. De um lado, há um estado-nação fabricado e financiado pelas grandes potências ocidentais do Norte Geopolítico (Said, 1978), de outro, um povo sem suporte na arena política internacional (Chomsky, 2023), cujos membros são sistematicamente interditados do reconhecimento de sua condição de sujeitos de direito, logo, do reconhecimento de sua *humanidade* (Cândido & Holanda, 2025).

Nada define melhor o conceito de trauma do que a experiência de um horror continuado, que escapa às tentativas de nomeação e simbolização. Estará o mundo paralisado pelo efeito de um trauma continuado? Ou inerte, “esperando sua vez”, sob a ameaça de escalada imperialista supranacional, da qual o Estado autoproclamado de Israel é apenas o braço militar mais desenvolvido e estrategicamente localizado? Com efeito, são fatos que violam e resistem a serem acomodados no arcabouço dos referenciais normativos que organizam nossas concepções mais básicas de moralidade e respeito à vida. Estamos diante de um horror cuja dimensão quase torna inoportunos os esforços de análise intelectual, enquanto se descortina diante dos nossos olhos a reencenação de um jogo de forças que vem se atualizando desde que o colonialismo se estabeleceu como a racionalidade que orienta as relações entre os sujeitos modernos.

Somos chamados a nos posicionarmos frente a um importante *embate valorativo* (Cândido, 2021) que ocorre, além do plano material, ao nível simbólico. Convocados a nos posicionar frente à luta de um povo que busca resistir e reafirmar o seu direito de existência, reprodução e pertencimento à terra, contra um bloco de potências imperialistas e

supremacistas que lançam mão de meios hiper tecnológicos para promover o apagamento desse povo.

Fundamental à sustentação desse jogo de forças, uma *negociação simbólica* busca impugnar o próprio estatuto de humanidade do povo submetido à opressão colonial. Nela, são postas em questão as regras por meio das quais os indivíduos são ou não tomados enquanto sujeitos da consideração moral da comunidade internacional. Estão em disputa discursos eficazes em viabilizar a atribuição social do valor de vidas pertencentes a determinados grupos humanos e, por conseguinte, o destino de tais vidas, nos termos concretos de sua preservação ou eliminação (Honneth, 2009; Bento, 2018; Butler, 2015; 2019).

Desde tal perspectiva histórica, observamos que as tentativas de destituição da humanidade dos alvos do colonialismo nunca são completamente vitoriosas. No caso palestino, basta um único registo de uma única criança a atirar uma pedra em um tanque de guerra, e despenca imediatamente a pretensão de totalidade absoluta do domínio colonial. Desaba a extravagância do projeto sionista, pois é irrealizável sua pretensão de domínio totalizante da Terra Prometida e absoluta reescrita da História diante de um povo que se organiza e luta. O povo palestino não é como o colonialismo deseja. Seus e suas integrantes refutam o poderio sionista de diversas maneiras: das mais mundanas às espirituais, das mais inocentes às violentas; e entregam um arquivo interminável, dia a dia, hora a hora, de imagens que fissuram o projeto colonial absolutista.

O objetivo deste ensaio é revelar formas pelas quais a palestinidade sai vitoriosa contra o projeto colonialista; de forma a servir de inspiração a quaisquer lutas por libertação. Tenta-se, para tanto, contribuir com uma leitura compreensiva do universo de relações intersubjetivas engendradas nos territórios periféricos submetidos à dominação colonial no contexto geopolítico do século XXI, pautada nas colaborações do materialismo histórico, análise do discurso, analítica do biopoder, estudos coloniais e contracoloniais, e a partir de uma análise dos fatos que se desenrolam atualmente na Palestina ocupada. Busca-se conceitualizar a persistência de uma *racionalidade* que organiza as relações éticas e intersubjetivas entre os sujeitos contemporâneos no contexto do colonialismo tardio (Mbembe, 2003). Afirmamos que tal *racionalidade* é regida por padrões e dinâmicas globais de distribuição de poder, expressas, estruturalmente, enquanto uma atualização da *violência colonial moderna*, adaptada, agora, ao contexto tecnológico das *sociedades de controle* do século XXI (Cândido, 2021; Cândido e Holanda, 2025). E também se busca conceituar resposta dialética, processual, coletiva e revolucionária que a palestinidade entrega às tentativas de sua extinção.

Contemporaneamente, tal racionalidade lança mão de estratégias de destruição como sistemas automatizados de monitoramento e as plataformas de inteligência artificial, que cruzam dados de comunicação pessoal, imagens de drones e satélites, dados de vigilância e até padrões

do comportamento dos indivíduos e grupos para eleger e destruir seus alvos. Ela promove o extermínio em larga escala, enquanto reproduz, de modo incessante, a experiência da desumanização dos corpos submetidos ao seu domínio. Tal racionalidade se sustenta pela impunidade dos grupos hegemônicos que determinam em quais termos a representação do *outro* está permitida a circular, autorizando ou negando o reconhecimento coletivo da condição de humanidade deste *outro*. Segundo essa racionalidade, deter o controle da representação do *outro* é ainda é parte essencial do jogo de poder que sanciona o seu extermínio.

Na ordem do domínio colonial que estamos evidenciando no século XXI, tal como aquela observada durante a longa dominação colonial que inaugura o contexto ético e intersubjetivo da modernidade, arruinar a subjetividade dos sujeitos colonizados é uma tarefa central (Fanon, 1952; 1961). Com efeito, a devastação da infraestrutura e o extermínio dos corpos se apresenta como a manifestação objetiva da devastação subjetiva imposta pelo poder colonial. Primeiro, mortificação simbólica, moral; depois, o aniquilamento concreto de um povo e sua terra: duas faces de uma mesma unidade dialética de dominação a um só tempo ancestral e ultramoderna. Para Fanon (apud Shalhoub & Wahab, 1963, p. 9), “ao manterem sua dignidade e moralidade os colonizados quebram a ‘violência em espiral’ do colonizador; assim, os colonizados estão sempre prontos para mudar o seu papel ‘de caça para caçador’, para sobreviver e resistir”.

Contemporaneamente, as configurações do *necropoder* colonial seguem atuando por meio da perpetuação de práticas e discursos discriminatórios, instrumentos ideológicos de desumanização dos *corpos periféricos* que preparam e autorizam moralmente o seu extermínio (Cândido & Holanda, 2025). Em contrapartida, a agência do colonizado, seus modos de perseverança transgeracional por meio da reafirmação de sua humanidade e de sua luta para a autodeterminação pode aportar elementos de resistência para todos os povos submetidos ao domínio imperialista e colonial do século XXI (Jabr, 2024). No caso específico do Povo Palestino, tal resistência é expressa pela ética do *Sumud*.

Desumanização como Estratégia do *Necropoder*: a violenta produção dos corpos periféricos, sua atualização no contexto palestino e *Sumud* como contraponto

*De fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é
uma linguagem zoológica*
(Fanon, 1961, p. 39)

A comunidade internacional não está diante de uma “guerra”, mas da concretização de um projeto de extermínio em larga escala: um projeto ambicionado e construído há décadas pelos setores imperialistas do Norte

Global. Trata-se de uma rede de cumplicidade que se favorece e lucra com a ideologia sionista e que vem ostentando força crescente com o ressurgimento da ultradireita a nível global (Livitski & Ziblatt, 2018).

O sionismo já não se preocupa em disfarçar, sob o ideário messiânico e nacionalista, seu caráter essencialmente supremacista e genocidário. Pelo contrário, hoje o assume abertamente, descredibilizando as instituições e o direito internacional. Toca, explicitamente, frente à comunidade internacional, um projeto de limpeza étnica, e usa o pretexto do direito de defesa e da autoconservação de um “Estado”. Arroga para si, como legítimo, um presumido direito de eliminar um povo sob o pretexto de “proteger a civilização ocidental face às trevas”, alinhando-se à dicotomia racista do mal e do bem, como foi reiteradamente pronunciado por lideranças israelenses e endossado por presidentes de países ocidentais.

Desde outubro de 2023, a agressão israelense vem promovendo uma série de violações humanitárias patentes, desrespeitando inclusive as convenções internacionais que regem o direito de guerra. São ataques programados por sistemas automatizados de inteligência artificial como o Habsora (o Evangelho) e o Lavander, que definem seus alvos a partir de modelos algoritmos, arrasam bairros residenciais inteiros, escolas, hospitais, abrigos e campos de refugiados (Bornstein, 2024). É o uso de armas proibidas pelo direito militar internacional, como o fósforo branco; e o uso “experimental” de armas, como a bomba R9X, projetada para ataque a estruturas físicas blindadas, contra alvos civis e tendas de refugiados, com o objetivo de mutilar e propagar o terror. É a destruição do patrimônio histórico, cultural e religioso da população sob ataque. São demolições planejadas de blocos residenciais, com vistas a inviabilizar um possível retorno de milhares de refugiados aos seus antigos territórios. São demolições festejadas e seguidas pela difusão de peças publicitárias do setor imobiliário israelense, que já especula a venda de imóveis a preços amistosos para novos colonos nos territórios recém-arrasados. São detenções em massa. Assassinatos de civis por franco-atiradores; execuções sumárias de prisioneiros e pessoas sob suspeição de terrorismo. Massacres de civis por drones, como no episódio conhecido como o Massacre da Farinha, onde 150 pessoas foram mortas numa fila de espera por ajuda humanitária; ou, ainda, como o massacre da Escola de al’Ataba, onde uma centena de refugiados que faziam suas orações matinais tiveram seus corpos instantaneamente reduzidos a despojos. Agressões imotivadas e indiscriminadas a civis. Bloqueio e bombardeio a corredores humanitários. Bloqueio do abastecimento de alimentos enviados por entidade de ajuda humanitária, operado por iniciativa e mobilização da população civil israelense, numa verdadeira “campanha de fome” que usa, como tática de guerra, a obstrução do já dificultado acesso à comida e à água de centenas de milhares de refugiados. (Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Direitos Humanos, 2024).

Em conjunto, esses e outros inúmeros crimes evidenciam que o extermínio da população civil, sua destruição física e psicológica, não é um dano colateral ou resultado de erros de “uma guerra cirúrgica contra o Hamas”. O deslocamento forçado e o extermínio da população civil, sobretudo aquela situada na Faixa de Gaza, é o objetivo central, a própria razão dos ataques.

Mesmo a tentativa de apresentar o extermínio enquanto uma “guerra” frente à comunidade internacional se configura como uma estratégia discursiva útil aos interesses políticos e econômicos do bloco Israel - Estados Unidos da América. Enquanto o extermínio é apresentado como uma “guerra justa”, “o exercício do legítimo direito de defesa”, as ações não são questionadas pelos seus apoiadores e o *apartheid* sionista segue, impunemente, matando mulheres, crianças, jornalistas e médicos: “Mulheres para inibir a capacidade reprodutiva do povo palestino. Crianças para que não virem combatentes adultos. Jornalistas para controlar a informação. Médicos para que não haja socorro” (Altman, 2025, s/p.).

Ao nível do discurso, o colonialismo sionista deixa revelar a sanha genocida que o move, por meio de declarações reiteradas das autoridades políticas, religiosas e militares israelenses, por exemplo, a de não haver, nem entre as crianças, pessoas inocentes em Gaza. Ou aquela pronunciada pelo ministro de defesa Yoav Gallant, logo em 9 de outubro de 2023, comparando palestinos a animais que precisam ser tratados enquanto tal, acusando-os indiscriminadamente de cumplicidade com o terrorismo (Le Monde, 2023). “Não há inocentes em Gaza”, reproduz uma cidadã Israelense em entrevista à *Al Jazeera*; “e não me importa quantos civis foram mortos!”. Ao ser perguntada sobre as crianças mortas no conflito, ela responde: “bom... as crianças crescem e se tornam árabes!” (FEPAL, 2025, s/p.).

Em palestra realizada em 7 de março de 2024, o Rabino Eliyahu Mali incita seus alunos, que servem no exército, a matar todos os palestinos em Gaza, incluindo mulheres e crianças. “A regra básica, quando estamos lutando em uma guerra virtuosa e sagrada, de acordo com a doutrina, é a de não poupar nenhuma alma”, disse. “Os terroristas de hoje são as crianças da ação anterior que mantemos vivas, as mulheres são quem os cria” e, conforme a “doutrina”, “aquele que vem matar você à tarde, mate-o de manhã”, completa (TRT World, 2024, s/p.).

A *animalização* e *abjeção* são dispositivos discursivos frequentes no discurso que o colonizador usa para desumanizar o colonizado (Cândido e Holanda, 2025). Segundo Butler (2019), outra *estratégia discursiva* amplamente utilizada para interditar o reconhecimento da humanidade dos palestinos é a *forclusão*. No discurso do colonizador, a população e as reivindicações dos palestinos simplesmente são ocultadas, eclipsadas. Por exemplo nesta declaração do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, quando inicia uma entrevista coletiva com a seguinte afirmação: “este

conflito não é sobre a ausência de um Estado, mas sobre a existência de um Estado, o Estado judeu”. Aqui, as existências palestinas são eclipsadas pelo discurso e por conseguinte, apagadas da consideração moral da sociedade. Essa dinâmica discursiva se adensa em uma estratégia mais sofisticada e insidiosa. Para Butler (2019), ao interditar a nomeação das vidas palestinas como vidas que importam, o discurso dominante não apenas legitima a violência, mas a torna invisível. A desumanização não ocorre só por um “discurso de desumanização”, mas também e, sobretudo, por um “limite imposto ao discurso”. Um limite imposto por regras de inclusão e exclusão.

Butler (2019) faz referência, não só ao efeito dos discursos desumanizantes, mas, também, ao efeito desumanizante gerado pela ausência do discurso. Por serem ofensivas a uma ordem biopolítica estabelecida pelo colonizador, as vidas palestinas desaparecem, “não no discurso explícito, mas nas reticências pelas quais o discurso público caminha” (Butler, 2019, p. 39). Assim, a proibição do discurso, os limites estabelecidos por meio da proibição e da *foraclusão*, operam também a desumanização das vidas palestinas (idem).

Acontece que não é corriqueiro extrair todas as consequências de tais encaminhamentos, e a própria autora incorre no mesmo processo de *foraclusão* da experiência dos palestinos que ela revelou. Devin Atallah (2023a) nos fornece um exemplo disto no questionamento que ele faz de interpretações de Butler sobre o sofrimento. Atallah cita um ensaio de Butler no qual ela condena tanto a violência do Hamas quanto do regime israelense e apela à “não-violência”. Segundo Devin, Butler torna a não-violência um princípio absoluto, ao defender um ideal substancial de igualdade, que reconhece a igual capacidade de luto às vidas palestinas e israelenses. Diante da questão de Butler sobre se podemos lamentar, igualmente, pelas vidas perdidas em Israel e pelas vidas perdidas em Gaza, Atallah responde:

Sim, podemos lamentar as vidas israelenses perdidas no ataque do Hamas. Mas, como palestinos, não temos acesso ao luto pelos nossos entes queridos, mortos pela agressão colonial e genocida israelense. É por isso que me encolhi e me exaltei enquanto lia as interpretações dissimuladas de Butler. Senti mãos coloniais guiando sua bússola, apontando para o norte. Os imaginários de paz e não-violência do Sul Global aboliram há muito esta bússola colonial do Norte. Onde Butler estava? (Atallah, 2023a, s/p.)

Atallah (2023a) revela que, ao questionar sobre a viabilidade de palestinos chorarem os mortos de Israel, ela justamente *forachui* a verdadeira questão, qual seja: os palestinos é que são impedidos de chorar seus mortos. Seja porque Israel os mata de maneiras que impedem a restituição dos corpos, como os inúmeros cadáveres sob escombros nesse momento; seja porque o bombardeio os despedaça para além da identificação, seja porque o bombardeio chega a evaporar os corpos mais

diretamente alvejados; seja porque Israel rouba cadáveres para extração de órgãos; seja porque Israel se recusa a devolver corpos de mártires sob sua tutela às famílias sob quaisquer pretextos (voltaremos adiante à análise desta modalidade de tortura, nomeada pela autora Shalhoub-Kevorkian [2020] de *necropenologia*). A contradição relevante em tela é diametralmente oposta ao questionamento de Butler, pois não são os palestinos que verdadeiramente impedem o luto dos mortos israelenses, mas justamente o contrário. E Atallah segue:

À medida que o nosso povo palestino enfrenta o desmascaramento genocida do mundo colonial, sabemos que quando os colonizadores falam de “segurança”, estão falando, na verdade, de “violência”. No câmbio colonial – ou na troca “*columbial*”, já que Colón significa Colombo em espanhol – a segurança torna-se violência e a violência torna-se segurança. Elas se fundem e se tornam a mesma palavra (Atallah, 2023a, s/p.)

Muito antes do 7 de outubro, a mídia israelense já propagava a ideia de que o reconhecimento internacional da soberania palestina representava uma violação ao direito de existência de “Israel” e ao reconhecimento de sua hegemonia no território. Mais do que isso, propagava a ideia de que a própria vida dos israelenses estaria sob constante ameaça pela mera coexistência com os palestinos.

Mesmo o sistema educacional israelense já reforçava essa ideologia. Em seus livros didáticos, a Palestina e os palestinos são frequentemente representados como inferiores, intelectualmente embotados. Nurit Peled-Elhanan (2019) percebe que a pedagogia sionista propaga um conceito de morte particularmente útil ao projeto nacionalista israelense. Interessada em investigar como os livros didáticos israelenses mediavam o conceito de morte para crianças, nota que a pedagogia sionista parece particularmente obcecada pelo conceito de morte. “O cidadão israelense médio é educado para cultuar a morte”, Peled afirma, “sobretudo, se for uma morte dada em sacrifício do seu país” (Peled-Elhanan, 2019; Al Jazeera English, 2011).

Ao tempo em que transforma a morte em tema de sacrifício patriótico, contudo, a pedagogia sionista ensina que a morte dos árabes não representa um mal em absoluto. A morte de um “árabe” representa um mal menor que a morte de um israelense, um mal cada vez menor, quanto maior forem os benefícios que essa morte pode trazer ao seu próprio país.

Descortina-se, segundo Peled, toda uma “lógica mitológica” a partir da qual os livros didáticos infantis estão autorizados a mencionar o histórico dos massacres operados pelos “pioneiros” nas mais de 500 vilas árabes eliminadas desde o início da ocupação: “*sim!*” - os livros didáticos sionistas afirmam: - “*muitas pessoas morreram, mas esse foi um passo importante para assegurar a soberania de um estado próspero, de maioria judaica*” (Al Jazeera English, 2011).

Ao longo dos 76 anos de implementação de seu projeto colonial, o *apartheid* sionista aprimorou as técnicas de controle da vida dos palestinos, principalmente por meio da *vigilância do cotidiano* (Shalhoub-Kevorkian, 2015). Como resultado, hoje, muitos jovens israelenses, sobretudo os que servem nas forças de ocupação, estão acostumados a ver palestinos apenas por meio da perspectiva fria dos monitores que reproduzem as imagens capturadas pelas câmeras de segurança e drones.

O sionismo impôs um regime de *apartheid* jurídico no território, com regras draconianas aplicáveis unicamente a palestinos. Nadera Shalhoub-Kevorkian (2015) denomina esse estado de vigilância de “Teologia de Segurança” e afirma que, segundo esse ideário, palestinos são sempre representados enquanto uma ameaça. Os árabes representam tanto uma ameaça existencial aos indivíduos, como uma ameaça para a soberania de seu Estado-nação autoproclamado. Tal perspectiva reforça o sistema de *apartheid* em pleno funcionamento desde a instituição do “Estado de Israel”, em 1948.

A *vigilância sufocante*, expressão cunhada por Sa’di (Silva, G. S.; Vechiato, R. C.; Odeh, M. M., 2021) para se referir aos vinte anos de governo militar (1948-1966) imposto à população palestina histórica ocupada, encontra-se hoje aprimorada pelas tecnologias de monitoramento desenvolvidas por Israel ao longo das últimas décadas. O país goza da reputação internacional como centro da produção, testagem e venda de tecnologias repressivas de controle da sociedade civil (Loewenstein, 2023) e a ostenta no cenário internacional para lembrar, a quem for, da dimensão do seu poder e das repercussões, em caso de resistência à sua dominação.

Shalhoub-Kevorkian (2020) lembra que mesmo as crianças palestinas estão sujeitas ao controle mais opressivo do *apartheid* israelense. Elas também são remetidas às “zonas da morte” - espaços de ameaça, de ambiguidade sobre o que vai acontecer, tendo a violência sempre em seu horizonte. Enquanto a maioria penal de um jovem judeu se dá aos dezoito anos, por exemplo, a maioria penal estabelecida para os jovens palestinos ocorre aos doze anos. A partir de tal idade, muitos são submetidos a prisões arbitrárias, sem devido processo legal, nem julgamento em corte, muito menos uma representação legal de defesa, algo garantido pelas leis internacionais aos menores. Shalhoub-Kevorkian nomeou o processo de interdição do reconhecimento da infância aos palestinos de “*unchilding*” (2020a).

Antes dos eventos de outubro de 2023, Shalhoub-Kevorkian já chamava atenção para uma outra prática muito sintomática da estratégia de interdição do reconhecimento da humanidade dos palestinos. Ao definir o “Estado de Israel” enquanto um *estado colonial necrocapitalista* (2021), a autora aponta a prática da *necropenologia* (*necropenology*) (Shalhoub-Kevorkian, 2020b). Pelo termo, descreve um expediente recorrente do sistema jurídico colonialista, que apreende os corpos dos jovens martirizados em conflitos com as forças de ocupação.

Antes da agudização da carnificina, esses corpos já eram mantidos em frigoríficos, sob a tutela sionista, que nega ou adia o acesso dos familiares aos restos mortais de seus entes queridos por tempo indeterminado (Shalhoub-Kevorkian, 2020). A justiça colonial sionista controla o acesso aos restos mortais de combatentes, liberando-os apenas mediante a aceitação, por parte dos requerentes, de regras restritivas a serem observadas durante a realização dos ritos funerários. No referido cenário, se as expressões do pesar coletivo forem autorizadas, significa que as vidas que elas pranteiam podem ser tomadas como dignas de reconhecimento, uma vez que a expressão do luto público recai, quase sempre, na reivindicação de um tratamento condizente com o reconhecimento de sua dignidade. A expressão do sofrimento público recai em uma forma de interpelar o poder colonial e reivindicar a humanidade dos colonizados (Butler, 2019; Cândido, 2021).

Assim, negar o luto aos corpos colonizados é parte da guerra psicológica que antecipa o extermínio. A negação do luto é mais que uma tática de guerra: é a tentativa última de apagar a condição humana de um povo. No entanto, o modo sistemático com que essa negação acontece revelam que o que se vive hoje não é uma exceção histórica. No contexto do enclave o poder do colonizador afirma que o luto é para cadáveres que tiveram acesso à vida enquanto vivos, que foram reconhecidos enquanto humanos. Os corpos dos colonizadores têm o privilégio de luto, os colonizados, no entanto, sequer estão autorizados a recolher os restos de seus mortos (Atallah, 2023a, s/p.). A interdição da expressão do luto é a parte mais importante de um *continuum* que vai desde a desposseção sistemática das terras, aos ataques aéreos de rotina, das prisões arbitrárias aos *checkpoints* militares. Tudo faz com que o povo palestino seja forçado a viver um estado de morte, ao mesmo tempo, lenta e súbita (Atallah, 2023a, s/p.).

Entretanto, há um elemento incontornável que desestabiliza o regime colonial: a agência viva do povo colonizado. Contra a lógica totalitária do controle, emerge o *Sumud*, expressão singular de uma ética de resistência. Tudo indica que, no projeto faraônico de colonização da Palestina, o regime sionista não estava suficientemente preparado para o fator da agência viva do colonizado, a insubordinação transmitida cotidianamente pelos mais velhos, a astúcia e complexidade de sua guerrilha, seus modos de resistência ao sofrimento intergeracional por meio da reafirmação de sua humanidade e sua luta para a autodeterminação, que congrega a luta de todos os povos submetidos ao domínio colonial, mas que no caso da Palestina se expressa pelo *Sumud*.

A capacidade de ressignificar a própria humanidade em condições de negação de direitos se faz em diferentes formas. Por exemplo, na intensificação de formas de exaltação ao sacrifício na luta pela autodeterminação, confrontando distorções da imagem do palestino como negligente do valor da vida por qualificar a morte perante o poder colonial

como martírio, e símbolo mais elevado de altruísmo, ou seja, morrer para que o coletivo sobreviva e ganhe sua liberdade um dia. Este tema foi abordado por Meari (2015), que entrevistou prisioneiros palestinos buscando compreender os processos de enfrentamento da tortura e a desumanização durante longos período identificando a existência do discurso do *Sumud*, uma construção palestina engajada na luta anticolonial.

O discurso do trauma, que representa o palestino cativo como uma vítima sem agência, individualizada, despolitizada, a ser tratada por psiquiatras e defendida por ativistas de direitos humanos, tornou-se hegemônico na era pós-Acordo de Oslo. Tal discurso esconde a subjetividade do *Sumud* e a forma de política anticolonial e revolucionária que ele gera (Meari, 2014).

Uma dimensão pouco discutida do colonialismo de povoamento é o desafio da eliminação completa do povo originário, seguido por sua substituição. Como reage e qual caminho elege o colonizado é parte da dinâmica colonial que utiliza estruturas visíveis e tangíveis (massacres, práticas e leis racistas etc.). Mas, contrariando a exasperação absolutista colonial, ocorrem processos de luta e *Sumud*. Para observar as estratégias de luta palestina, inclusive as mais sutis, é necessária uma análise a partir do *mundano*, no qual se constroem solidariedades, se mantém viva a narrativa palestina, criam-se redes sociais de apoio para a elaboração coletiva das injustiças diárias (Shalhoub-Kervokian, 2015). Para Meari (2014),

Os palestinos construíram simultaneamente um espaço para uma forma de subjetividade e política que rompe com a situação da dialética colonial por meio do cultivo do *Sumud*, ou "firmeza". No contexto da Palestina colonizada, o *Sumud* passou a incorporar toda uma gama de significações, sensibilidades, afetos, apegos, aspirações e práticas (p. 547).

Nesse processo de sujeição e de imposição de domínio absoluto, por definição brutal, encontra-se, de igual importância, uma resistência, um esforço incessante do direito à existência do colonizado, algo que caracterizou as heróicas lutas por libertação dos anos 60 e 70 e resultou no fim da era colonial. O projeto colonial israelense, nascido e nutrido no bojo do colonialismo europeu do século XIX, enfrenta, diversas formas de resistência do povo palestino nativo (Rouhana, 2023). Tal resistência se manifestou nas revoltas populares dos anos 1920, 21, 23, 28 e 29 e culminou na grande revolta que durou três anos (Kanafani, 2022), opondo-se ao Mandato Britânico, principal aliado do movimento sionista para a formação e reconhecimento do "Estado de Israel". Em tempos mais recentes, podemos citar algumas das mais conhecidas revoltas palestinas, como a Primeira Intifada em 1987, a Segunda Intifada em 2000 e a Grande Marcha de Gaza em 2018 (Odeh, 2024).

Em um *sistema-mundo* no qual, para incontáveis corporalidades, o reconhecimento da humanidade não passa de um resultado precário de negociações e embates contínuos contra as estruturas de poder, o *Sumud* pode traduzir a capacidade do povo palestino - portanto, de todos os povos! - de reafirmar sua humanidade. Por meio do *Sumud*, palestinos inspiram todos os povos sobreviventes a reafirmar sua memória e sua identidade contra as forças do apagamento, a resgatarem seus saberes coletivos e ancestrais contra o esquecimento, o seu histórico de resistência, não importa quão opressiva seja a força que se imponha. Por meio do *Sumud*, palestinas e palestinos ensinam a exaltação da vida, a rebeldia da luta, a disposição para a guerra, a firmeza da fé, a tenacidade do sacrifício, a serenidade da causa e a segurança da vitória. Por meio do *Sumud* o povo palestino ensina os povos oprimidos o perseverante desafio ao domínio colonial, mesmo a partir da fragilidade da vida de uma criança que arremessa, contra um tanque, uma pedra. Pois se a causa é digna, a vitória é dada. E a intergeracionalidade da palestinidade garante que a luta sobreviva à morte.

Considerações finais

Herança e desdobramento do processo colonial que funda a modernidade, as múltiplas formas de desumanização do *outro* seguem ativas no mundo contemporâneo e ainda servem ao propósito de autorizar moralmente o extermínio de populações subalternizadas. Como toda violência colonial, a violência sionista lança mão de marcadores étnicos, religiosos e raciais para definir quais *corpos* podem ser preservados e quais merecem a morte. O *apartheid* israelense opera o genocídio de um povo originário evocando o mesmo pretexto de todo *projeto colonial*: o de ser uma etapa necessária a um ideário de progresso coletivo da sociedade hegemônica; uma fase necessária, embora difícil, para a construção de uma sociedade ulterior, superior e alinhada aos valores e modos de vida e de produção ocidentais (Massad, 2024). Assim, a ordem da economia colonial-imperialista global segue reproduzindo, por meio da perpetuação de práticas e discursos discriminatórios, representações desumanizantes sobre os *corpos* submetidos ao seu domínio (Cândido & Holanda, 2025).

O que acontece na Palestina ocupada não é um fato isolado. A particularidade da destruição e desposseção da Palestina possui um caráter universal. Por ser um campo de concentração a céu aberto, um campo de testes, e sua população usada como cobaia dos experimentos ultra tecnológicos de assassinato, a experiência da Palestina se configura como resultado de um processo global - o paroxismo, o último estágio da violência colonial que vem definindo a distribuição da reprodução da vida e da morte desde o início da Era Moderna. Trata-se de um dos muitos efeitos catastróficos, talvez o mais emblemático, de como se constitui e se organiza a distribuição do poder em um mundo regido pelo

necrocapitalismo colonial (Shalhoub & Wahab, 2021) algorítmico e financeiro (Cândido, 2021).

Testemunhamos a emergência de um *sistema-mundo* no qual o poder político se define como uma administração da morte, onde os *corpos* mais expostos são os tidos como menos rentáveis. Ainda hoje, no século XXI, os atributos fundamentais da soberania são dados pela prerrogativa do soberano de definir os corpos que podem viver e os corpos que devem ser expostos à morte. O *necropoder* irá designar a forma de exercício de poder hegemônica nos territórios periféricos do mundo. Mais do que o impacto inimaginável do genocídio para as vidas palestinas, revela-se aí o colapso iminente de um senso partilhado de *humanidade* (Bello-Urrego, 2020; Jabr, 2024; Mbembe, 2006; Sánchez-Antonio, 2020).

Contudo, a palestinidade também ensina formas consistentes de resistência. Como uma resposta dialética à opressão colonial, desde os tempos da dominação britânica, o povo palestino desenvolveu e segue inventando formas coletivas potentes de sobrevivência e reafirmação da vida (Jabr, 2024). Os palestinos partilham, em famílias ou clãs, práticas tradicionais de apoio e ajuda mútua, com as quais enfrentam as sucessivas situações de catástrofe, reafirmando o seu senso de identidade coletiva e pertencimento. A ética do *Sumud* é a maior expressão da agência do colonizado, de seus modos de resistência ao sofrimento transgeracional por meio da defesa intransigente, e se necessário, violenta de sua humanidade. O *Sumud* é um exemplo para a luta de todos os povos sobreviventes do domínio colonial.

Configura-se tarefa primordial, para quem habita as periferias do mundo colonial, compreender e combater os processos de interdição do *reconhecimento da humanidade* e do direito à vida. A exemplo do povo palestino, diante da imposição da ocupação militar sionista, cada indivíduo e cada comunidade é convocada a se posicionar com desobediência frente à sua desumanização e desposseção. Sob inspiração do povo palestino e sua luta por sobrevivência, sujeitos submetidos ao domínio imperial e colonialista do mundo inteiro podem afirmar seu direito à vida e à esperança. Tal reivindicação inclui a liberdade para criar e construir, para se aventurar e se admirar, para se defender da ocupação através da luta armada, da desobediência civil, da organização social e política para sonhar e ter esperanças em um futuro melhor para si e seus descendentes. Assim, a palestinidade vai um passo à frente do nosso tempo histórico, revelando como mulheres e homens do mundo inteiro podem enfrentar e derrotar qualquer sistema, mesmo o mais forte e brutal, que os desumaniza e mata, superando a paralisia e as forças opressoras, enquanto reafirmam a sua humanidade (Freire, 1974). Nas palavras de Atallah e Ihmoud (2024):

Os palestinos são um dos lembretes finais de que um futuro sem colonialismo é possível. Neste momento, continuamos a nos preparar para um futuro sem colonialismo, enquanto

tantas potências em todo o mundo estão se preparando para um mundo sem palestinos. Nossa presença e persistência revelam uma verdade perigosa. Não somos apenas um registro do amor e da vida das maneiras mais preciosas e precárias; nós somos um registro do que é real. O que esse genocídio prova é como o colonialismo de invasão perdura no século XXI. Confrontando essa verdade aterrorizante, além de qualquer estratégia, nosso povo em Gaza representa a mais poderosa encenação de amor duradouro possível hoje. A luta para acabar com a possessão colonial de nossas terras e povos em Gaza é uma luta pela libertação de todos os povos (Atallah & Ihmoud, 2024, s/p.).

Tomando o complexo e multifacetado conjunto de práticas e valores da palestinação como bússola para a luta pela autodeterminação de todos povos e comunidades, talvez possamos, em um pequeno esforço de memória e imaginação, refazer o caminho daquele drone israelense que filmou os últimos momentos de Yahya Al-Sinwar.

O líder político do Hamas, nascido em um campo de refugiados em Khan Yunis e morto em confronto com israelenses em Gaza, viveu e morreu em *Sumud*: em campos de refugiados, em prisões, em túneis e campos de batalha. Quando preso, dedicou 23 anos de cativeiro à leitura e à escrita, período em que aprendeu a língua hebraica e se aprofundou na compreensão da mentalidade israelense. Ele escreveu livros e traduções nas áreas política, de literatura e de segurança. Quando solto, liderou a resistência armada, não apenas na estratégia, mas guerreando na linha de frente, na vanguarda concreta da resistência, até o dia da sua morte, contra o aparato acumulado pela violência colonial em seu último estágio.

Então o encontramos com o drone israelense. É outubro de 2024, em Gaza. Sinwar está em pleno campo de batalha aos 61 anos. Ele está novamente sentado em uma poltrona em meio aos escombros. Seu rosto está coberto por uma Keffiyeh. Ele não come há três dias. Seu braço direito está sangrando, atado num torniquete. Na mão esquerda ele empunha um bastão de madeira, que atira contra o drone. A transmissão é interrompida. Esse retrato, simultaneamente épico e trágico, condensa o espírito de um povo que, mesmo sob escombros, afirma sua existência. Estamos diante do retrato definitivo dos nossos tempos.

Referências

- Adi, A. (2021). Palestina Livre em Mosaico. *Revista NAVA*, 6, 195–215.
- Adi, A. S., Odeh, M. M., & Misleh, S. de M. (2022). Corpos femininos ocupados e a dupla resistência ao colonialismo e ao patriarcado. *Diversitates*, 13, 1–21.
- Al Jazeera English (2011). Palestine in Israeli School Books: Nurit Peled-Elhanan. *YouTube*, 23 nov. 2011. Acessado em 15 jan. 2025 em: https://www.youtube.com/watch?v=pWKPRC-_oSg.

- Altman, B. (2025). Mulheres para inibir a capacidade reprodutiva do povo palestino. X (*antigo Twitter*). Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://x.com/brealt/status/1851299694947025189>.
- Atallah, D. (2023a). Além do luto: sobre amar e ficar com aqueles que morrem em nossos braços. *Blog da Boitempo*, 31 out. 2023. Acessado em 19 jan. 2025 em: <https://blogdaboitempo.com.br/2023/10/31/alem-do-luto-sobre-amar-e-ficar-com-aqueles-que-morrem-em-nossos-bracos/>
- Atallah, D. (2023b). Beyond grief: to love and stay with those who die in our arms. *Institute for Palestine Studies*, 24 out. 2023. Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://www.palestine-studies.org/en/node/1654491>.
- Atallah, D., & Ihmoud, S. (2024). Um mundo sem palestinos. *Esquerda Online*, 19 dez. 2024. Acessado em 13 jun. 2025 em: <https://esquerdaonline.com.br/2024/12/19/um-mundo-sem-palestinos/>.
- Bello-Urrego, A. del R. (2020). Entre la zona del ser y del no-ser: la economía moderna de la crueldad. *Tabula Rasa*, 33, 335-355.
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, 53, e185305.
- Bornstein, J. (2024). Quando a IA converte-se em máquina de morte. Outras Palavras. Acessado em 19 jan. 2025 em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/quando-a-ia-converte-se-em-maquina-de-morte/>.
- Butler, J. (2009). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- Butler, J. (2004). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- Cândido, A. M.; Holanda, M. (2025). O ethos dos territórios periféricos do mundo colonial. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, 2025, 57(1), e59566.
- Cândido, A. M. (2021). *Bioética, poder e subjetivação: por uma bioética crítica aos modos históricos de enunciação dos sujeitos morais*. Tese de Doutorado em Bioética. Universidade de Brasília, 2021.
- CNN Brasil (2023). Netanyahu suspende ministro que sugeriu usar arma nuclear em Gaza. *CNN Brasil*, 05 nov. 2023. Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/netanyahu-suspende-ministro-que-sugeriu-usar-arma-nuclear-em-gaza/>.
- Chomsky, N. (2012). *My visit to Gaza, the world's largest open-air prison*. Truthout. Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://truthout.org/articles/noam-chomsky-my-visit-to-gaza-the-worlds-largest-open-air-prison/>.
- Chomsky, N. (2016). Why does the U.S. support Israel? *YouTube*. Acessado em 13 jan. 2025 em: https://www.youtube.com/watch?v=IUQ_0MubbcM.
- Davis, A. (2023). A Palestina é um teste moral para o mundo. *Al Jazeera*, 27 out. 2023. Acessado em 13 jan. 2025 em:

- <https://www.aljazeera.com/program/upfront/2023/10/27/angela-davis-palestine-is-a-moral-litmus-test-for-the-world>.
- Fanon, F. (1961). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- Fanon, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: UFBA, 2008.
- FEPAL. "Quem se importa? Crianças crescem e se tornam árabes" Publicado em X (antigo Twitter), 2025. Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://x.com/FepalB/status/1874859366266122690>.
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Guterres, A. (2023). Declaração sobre a situação na Faixa de Gaza. *Agência Brasil*, 06 nov. 2023. Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-11/para-secretario-geral-da-onu-gaza-esta-virando-cemiterio-de-crianca>.
- Honneth, A. (1992). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- Jabr, S. (2024). *Sumud em tempos de genocídio*. São Paulo: Tabla.
- Kanafani, G. (1972). *A revolta de 1936–1939 na Palestina*. São Paulo: Editora Sundermann, 2022.
- Le Monde (2023). Israel defense minister orders complete siege on Gaza Strip. *Le Monde*, 09 out. 2023. Acessado em 15 jan. 2025 em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2023/10/09/israel-defense-minister-orders-complete-siege-on-gaza-strip_6158600_4.html.
- Mbembe, A. (2003). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- Marcetic, B. (2024). O ataque de Israel a Gaza é diferente de qualquer outra guerra na história recente. *Revista Jacobina*, 11 jan. 2024. Acessado em 24 mar. 2024 em: <https://jacobin.com.br/2024/01/o-ataque-de-Israel-a-gaza-e-diferente-de-qualquer-outra-guerra-na-historia-recente/>.
- Martins, L. (2025). Israel faz de Gaza sua demonstração ao ar livre de tecnologia de guerra, diz ativista e jurista palestina. *Intercept Brasil*, 03 jan. 2025. Acessado em 15 jan. 2025 em: <https://www.intercept.com.br/2025/01/03/entrevista-israel-gaza-tecnologia-guerra/>.
- Masalha, N. (1992). *Expulsão dos palestinos: o conceito de "transferência" no pensamento sionista (1882–1948)*. São Paulo: Editora MEMO, 2021.
- Massad, J. (2024). War on Gaza: why Israel's savagery is a sign of its impending defeat? *Middle East Eye*, 16 abr. 2024.
- Meari, L. (2014). Sumud: a Palestinian philosophy of confrontation in colonial prisons. *South Atlantic Quarterly*, 113(3), 547-578.
- Meari, L. (2015). Reconsidering trauma: towards a Palestinian community psychology. *Journal of Community Psychology*, 43(1), 76-86.
- Miguel, R. (2024). A advogada irlandesa Blinne Ní Ghrálaigh apresenta um caso legal convincente contra Israel. *El País*, 20 jan. 2024. Acessado em 13 jan. 2025 em: <https://english.elpais.com/international/2024-01->

- 20/irish-attorney-blinne-ni-ghralaigh-delivers-compelling-legal-case-against-israel.html.
- Levitsky, S.; Ziblatt, D. (2018). *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Loewenstein, A. (2023). *The Palestine laboratory: how Israel exports the technology of occupation around the world*. Melbourne: Scribe.
- Odeh, M. M. (2024). Interdição da infância e vigilância na vida de crianças palestinas e o projeto colonial de Israel. *Cadernos de Campo (São Paulo – 1991)*, 33(1), e223379.
- Pappé, I. (2006). *A limpeza étnica da Palestina*. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.
- Peled-Elhanan, N. (2019). *Ideologia e propaganda na educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses*. São Paulo: Editora Unifesp.
- Rouhana, N. (2023). Daring to imagine: a future without Zionism. *State Crime Journal*, 12, 279-303.
- Sánchez-Antonio, J. C. (2020). Tanato-política, esclavitud, capitalismo colonial y racismo epistémico en la invasión genocida de América. *Tabula Rasa*, 35, 157–180.
- Silva, G. S.; Vechiato, R. C.; Odeh, M. M. (2021). *Vigilância sufocante: a vigilância e controle dos palestinos por Israel durante a era do governo militar*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Said, E. (1978). *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Shalhoub-Kevorkian, N. (2015). *Security theology, surveillance and the politics of fear*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shalhoub-Kevorkian, N. (2020). Necropenology: conquering new bodies, psychics, and territories of death in East Jerusalem. *Identities*, 27(3), 285–301.
- Shalhoub-Kevorkian, N., & Wahab, S. (2021). Colonial necrocapitalism, state secrecy, and the Palestinian freedom tunnel. *Social and Health Sciences*, 19(2).
- TRT World (2024). Terror-preacher exhorts Jews to commit genocide in Gaza. *YouTube*. Acessado em 15 de janeiro de 2025 em: <https://www.youtube.com/watch?v=3dhJBzwzqek>.
- United Nations (2024). *UN Special Committee finds Israel's warfare methods in Gaza consistent with genocide*. Acessado em 19 de janeiro de 2025 em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2024/11/un-special-committee-finds-israels-warfare-methods-gaza-consistent-genocide>

Fecha de recepción: 19 de enero de 2025

Fecha de aceptación: 02 de mayo de 2025